



**UNIVERSIDADE “PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS” – UNIPAC
CAMPUS I
CURSO DE GEOGRAFIA E MEIO AMBIENTE – BACHARELADO**

MARLUCE MATEUS COELHO

O ESTUDO DA GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

**BARBACENA
2011**

MARLUCE MATEUS COELHO

O ESTUDO DA GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Monografia apresentada à disciplina
“Monografia II” do Curso de Geografia e
Meio Ambiente – Bacharelado, da
Universidade “Presidente Antônio Carlos” –
UNIPAC, Campus I, como requisito parcial
para conclusão do curso.

Orientador (a): Bernardino Neves Júnior

**Barbacena
2011**

MARLUCE MATEUS COELHO

O ESTUDO DA GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

**Monografia apresentada à Universidade “Presidente Antônio Carlos” – UNIPAC,
Campus I, como requisito parcial para a obtenção da Graduação em Geografia,
modalidade Bacharelado.**

BANCA EXAMINADORA

**Renato Kneipp Duarte
Universidade “Presidente Antônio Carlos” - UNIPAC**

**Bernardino Neves Júnior
Universidade “Presidente Antônio Carlos” - UNIPAC**

**Vilmara Lúcia Rodrigues Teixeira
Universidade “Presidente Antônio Carlos” – UNIPAC**

Aprovado (a) em ____/____/____

Dedico este trabalho aos meus pais Francisco e Ivani.

Dedico para meu marido Sebastião Coelho e aos
meus filhos Victor e Victória.

Dedico também a minha prima Flaviane Kassia
Amaral.

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus amigos formandos por esses quatro anos de convivência.

Agradeço ao professor Bernardino por sua paciência e dedicação.

Agradeço a minha madrinha Leni Coelho pelo incentivo e carinho.

"A natureza é sábia e justa. O vento sacode as árvores, move os galhos, para que todas as folhas tenham o seu momento de ver o sol." (Humberto de Campos)

RESUMO

Nesse trabalho é mostrado o início da geografia, a geografia na antiguidade, e a evolução da geografia e o estudo da geografia crítica no Brasil. Há influência do marxismo, a volta do professor Milton Santos do exílio.

A geografia foi vista durante muito tempo, como ramo da ciência que se encarregava da descrição da superfície terrestre.

No início do século XX, o ensino da geografia só era realidade nas escolas brasileiras de nível secundário, ou seja, não havia conquistado espaço no âmbito acadêmico.

A primeira universidade a integrar a geografia em sua grade escolar

SÚMARIO

1. A GEOGRAFIA NA ANTIGUIDADE.....	
2. A EVOLUÇÃO DA GEOGRAFIA	
3. O ESTUDO DA GEOGRAFIA CRÍTICA NO BRASIL.....	
3.1 A AGB e as conjunturas nacional e internacional.....	

O ESTUDO DA GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

É muito antiga a curiosidade e preocupação dos homens em saber sobre o lugar em que vive, além da preocupação econômica e política. (1997)

De acordo com Kozel Salette e Filizola Roberto os gregos foram os primeiros a fazer registros sistemáticos de Geografia, pois sua intensa atividade comercial permitia-lhes explorar e conhecer diferentes povos e lugares ao longo da costa do Mediterrâneo.

A própria origem da palavra Geografia é grega: (“Geo”=Terra; “grafia”= escrita, descrição) , embora esses conhecimentos iniciais pouco se assemelham ao que hoje consideramos Geografia. (KOZEL, FILIZOLA, 1996).

Os trabalhos de pensadores e escritores gregos relativos á forma e dimensão da terra e aos sistemas de montanhas, ao tipo de clima e a relação entre homem e meio constituíram importantes subsídios para o conhecimento geográfico.

De acordo com os autores o que se sabia sobre a Geografia ate o final do século XVIII, era o que se obtinha através dos estudos, relatos de viagens, catálogos sobre os continentes e países. (KOZEL, FILIZOLA, 1996).

Esses relatos muitas vezes imprecisos, misturados a crendices, lendas, interesses comerciais e a expansão da fé religiosa, faziam com que aguçassem o espírito aventureiro de italianos, árabes, portugueses. Mas as limitações técnicas e o pensamento predominante na Igreja imprimiam um caráter meramente quantitativo e descritivo ás impressões de viagem.

Sob o ponto de vista da Geografia critica, o espaço geográfico é produzido pelo homem por meio do trabalho. É um espaço organizado, no qual os diferentes elementos estão arranjados ou distribuídos segundo uma certa lógica, de acordo com os interesses e necessidades dos grupos sociais que nele habitam . (FILIZOLA, KOZEL, 1996, p. 16)

Foi ao longo do processo de constituição do capitalismo, iniciado na Europa, que amadureceram as condições para a sistematização mais precisa dos conhecimentos

geográficos, ou seja, o estabelecimento de uma conduta científica no estudo das questões geográficas. (NUNES, 1997).

Ao observar criticamente o espaço, descobrem-se nele as marcas que refletem o momento histórico de sua criação e recriação constante, as relações sociais que se desenvolvem nesse espaço e o “projeto de mundo” que está sendo executado por trás das aparências da paisagem. (NUNES, 1997).

A Geografia foi vista, durante muito tempo, como ramo da ciência que se encarregava da descrição da superfície terrestre, de seus aspectos físicos. Essa Geografia meramente descritiva tornou-se obsoleta, tendo em vista as necessidades dos novos tempos. Não basta apenas descrever, antes é preciso compreender e aprender o espaço, a partir da realidade vivida, situando-se nela. (NUNES, 1997, p.19)

Assim o que Geografia procura garantir, hoje como objeto de estudo é a análise da forma pela qual o homem se apropria, produz e organiza seu espaço. A concepção de espaço geográfico não pode existir dissociada da existência humana. É o homem que, a partir de suas necessidades, situado historicamente, ocupa o espaço da forma que lhe parece apropriada, organizando-o e tornando-o produtivo. (KOZEL, FILIZOLA, 1996, p.11).

No início do século XX, o ensino de Geografia só era realidade nas escolas brasileiras de nível secundário, ou seja, não havia conquistado espaço no âmbito acadêmico. Nas Universidades, a Geografia ingressou-se nos currículos a partir da década de 30, sendo a USP Universidade do Estado de São Paulo a pioneira a integrá-la nos cursos de administração e finanças. (ANDRADE, 1998).

A sociedade tem passado por diversas mudanças, sejam elas econômicas, sociais, culturais ou políticas, refletindo significativamente na Educação, assim, dentro deste contexto, encontra-se o ensino de Geografia, que também é atingido por essas transformações, pois procura atender às necessidades das mais variadas camadas da sociedade, refletindo à respeito de conteúdos e métodos de ensino. (ANDRADE, 1998).

Segundo Cavalcante, Particularmente, a Geografia escolar tem procurado pensar o seu papel nessa sociedade em mudança, indicando novos conteúdos, reafirmando outros, reatualizando alguns outros, questionando métodos convencionais, postulando novos métodos. (CAVALCANTE, 2002).

O Movimento de Renovação da Geografia no final da década de 1970 é considerado como marco inicial no Brasil, das inovações nos processos metodológicos da Geografia

escolar. Mesmo com tais reformas não houve o avanço significativo que se esperava no ensino da Geografia.

É fundamental, dentro do ensino de Geografia, como nos demais, reflexões sobre aspectos fundamentais do próprio ensino: objetivos, conteúdos e métodos.

No decorrer das últimas décadas surge a necessidade de inovação nas abordagens feitas pela Geografia, uma vez que estas eram realizadas priorizando-se apenas os aspectos descritivos.

Neste âmbito, o ensino de geografia tem como papel fundamental o de estudar a questão da localização, porém se preocupando em entender profundamente o lugar, questionando á respeito do significado do mesmo e das suas múltiplas relações. (CAVALCANTE, 2002).

Observa-se que a Geografia deve ter como preocupação em seu ensino, abordagens referentes à vida urbana e os seus mais variados aspectos, à questão do meio ambiente que permite formar nos alunos valores e atitudes. Tal tema é considerado pelos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) como transversal por causa da sua análise interdisciplinar, sendo que esta se evidencia a partir do momento que o tema meio ambiente é observado no conjunto das disciplinas e na colaboração que cada uma delas oferece para o mesmo. (PCN, 2000).

O principal foco do objeto de estudo da Geografia é o espaço geográfico, pois trata-se de nossa realidade resultante de nossas ações e para que isso aconteça é necessário que as pessoas desenvolvam uma percepção de espacialidade. Neste contexto a escola tem o papel de trabalhar esse conhecimento. (PCN, 2000).

Assim, Straforini aponta que o papel da Educação, e dentro dessa, o do ensino de Geografia é trazer à tona as condições necessárias para a evidenciação das contradições da sociedade a partir do espaço, para que no seu entendimento e esclarecimento possa surgir um inconformismo e, a partir daí, uma outra possibilidade para a condição da existência humana. (STRAFORINI, 2005).

A Geografia passa a dar ênfase ao conhecimento prévio do aluno e a considerá-lo como sujeito ativo do processo de ensino-aprendizagem, propiciando o acompanhamento das transformações recentes, mas não de forma fragmentada. (STRAFORINI, 2005).

O estudo realizado nessa perspectiva não leva o aluno a lugar algum. De acordo com Straforini, a geografia, necessariamente, deve proporcionar a construção de conceitos que

possibilitem ao aluno compreender o seu presente e pensar o futuro através do inconformismo com o presente. (STRAFORINI, 2005).

Mas esse presente não pode ser visto como algo parado, estático, mas sim em constante movimento. É importante ressaltar, também, a formação do professor, pois se o mesmo é responsável pela mediação do saber que interfere nos processos afetivos, sociais e intelectuais do aluno, deve ser encarado com rigor, haja vista que esse processo de formação do professor tem com objetivo o desenvolvimento do pensamento autônomo, permitindo a articulação teoria-prática, fornecendo subsídio para sua auto-formação. (CALLAI, 2005).

O ensino de Geografia enfrenta muitas dificuldades e, inclusive, alguns avanços, necessitando de pesquisas e, acima de tudo, investimentos, principalmente para os professores, que devem ter uma formação mais consistente, crítica e voltada para o desenvolvimento da autonomia de pensamento e ação

Segundo Helena Copetti Callai, o lugar não se explica sozinho, é preciso buscar explicações em nível estadual, nacional e internacional. Deve-se primeiro, compreender o meio em que vive, a ação humana, a sociedade, para que possa estabelecer conexões com níveis mais elevados. (CALLAI, 2005).

Ao se estudar a Geografia, é necessário saber como o homem atua em sociedade, saber como ele influencia o meio em que vive, as ações que ele provoca, enfim, como é o cotidiano do homem no seu ambiente. Permitindo, porém, perceber a organização desse espaço estudando. (KOZEL, FILIZOLA, 1996).

O ESTUDO DA GEOGRAFIA CRÍTICA NO BRASIL

Numa primeira avaliação, percebe-se que a Geografia Crítica, que atraiu tantos quadros jovens à época, era emulada por um processo político que procurava restabelecer a ordem democrática e lutar pela justiça social. No entanto, verifica-se, ao longo da década de 80 passada, que ocorreu uma inflexão neste processo. (OLIVEIRA 1997).

A partir de 1989, esta Geografia crítica começou a apresentar seus primeiros sinais de esgotamento diante da realidade em transformação, expondo seus limites teórico-metodológicos. A queda do muro de Berlim, o fim da URSS, aliados à crise do marxismo e a falência dos paradigmas da modernidade na explicação da nova realidade em mudança, inclusive o da teoria social crítica, revolucionam o pensamento e a produção geográfica em todos os sentidos. (OLIVEIRA, 1997, P.155).

A influência desta corrente de pensamento na Geografia só ocorreu após a 2ª Guerra Mundial. “É somente no limiar da crise do pensamento tradicional que as idéias de Marx virão à tona no debate da Geografia. Tal processo se inicia no pós-guerra, e adquire alguma intensidade nos anos cinquenta, já no bojo de uma perspectiva de renovação da Geografia.” (Moraes, 1987, p. 40).

Houve diferentes aspectos sócio-econômicos que deflagaram a influência do marxismo na Geografia, de forma resumida, a partir de Horacio Capel em Filosofia e Ciência na Geografia Contemporânea, cabe destacar, após a morte de Stalin e a tendência de coexistência menos beligerante entre os sistemas socialistas e capitalistas, houve um florescimento da reflexão marxista que não se viu tão premida em defender as políticas do estado soviético. A expansão dos movimentos libertários nas antigas colônias dos países europeus encontrados no Terceiro Mundo impulsionou a reflexão sobre o subdesenvolvimento social e a reflexão sobre a busca de solução para os problemas sociais encontrados. A consciência da degradação ambiental concorreu com a verificação da deterioração da qualidade de vida das grandes cidades,

justificando o aparecimento de movimentos sociais que procuraram se opor a estes processos. (CAPEL, 1981, pp. 404-406).

Segundo Antônio Carlos Robert de Moraes Costa, em *Geografia Crítica* a valorização do espaço, os geógrafos que introduziram, na Geografia, uma abordagem crítica foram Pierre George, Bernard Kayser, Jean Tricart entre outros e um marco que formou o grupo de geógrafos da Geografia Crítica foi as Jornadas dos Intelectuais Comunistas realizadas em Ivry, na França, em 1953. (COSTA, 1987, p. 40).

Segundo Horacio Capel, o aparecimento da Geografia Crítica nos Estados Unidos ocorreu em 1969, quando foi apresentado na reunião da Associação dos Geógrafos a revista *Antipode*. A *Radical Journal of Geography* editada por Richard Peet. Cinco anos mais tarde, houve a organização da Geografia Crítica americana através da criação da *Union of Socialist Geographers* e da associação *Socially and Ecologically Responsible Geographers* (CAPEL, 1981, p. 427).

Segundo Horacio Capel, a Geografia Crítica surgiu na Europa, em parte, dadas as condições internas e também ao influxo da escola americana, que teve forte influência em países como a França. Neste país, a Geografia Crítica teve, a partir de Yves Lacoste e a criação da revista *Herodote*, em 1976, uma intensificação na formação de um expressivo grupo de geógrafos críticos. (CAPEL, 1981, p. 435).

Porém o crescimento e a projeção da geografia crítica não ocorreu sem os percalços das divisões internas e disputas. Na França, por exemplo, houve aqueles que comungando a teoria marxista defenderam a abjuração da Geografia na justificativa de que a mesma era uma herança da sociedade burguesa, de base positivista, e, portanto, contrária aos interesses dos trabalhadores, eram os chamados liquidacionistas segundo Yves Lacoste. (MORAES, 1987, pp. 43-44).

Nos Estados Unidos, por sua vez, ocorreu uma discussão interna sobre a propriedade de se manter ou não o caráter revolucionário da Geografia Crítica, se deveu ou não ser propugnadora de uma quebra da estrutura social vigente. Horacio Capel exemplificou esta polêmica na discussão sobre a adoção do termo radical ou revolucionária pela Geografia. (CAPEL, 1981, pp. 430-431).

Karl Marx foi um homem da tradição revolucionária, herdeiro de uma tradição francesa que buscou retomada do movimento que foi interrompido e depois

invertido, ela instituição “burguesa” da república pela ditadura napoleônica, e enfim pela Restauração e a Contra-Revolução. (BALIBAR, 1995, p.30-31).

Não se tratava de uma busca por uma situação ideal, mas sim de um movimento social cujos herdeiros dos anteriores revolucionários eram os operários, os trabalhadores. (MORAES, 1981, p.31).

Karl Marx ao fixar-se na Inglaterra, em 1850, portanto com trinta e dois anos, já tinha passado por uma série de movimentos sociais, tendo sido expulso da França e Prússia, e perseguido na Bélgica. (STEPÁNOVA, 1979).

Enfim, a constituição de seu pensamento esteve intimamente vinculada a uma atividade política, revolucionária, que por sua vez esteve alicerçada a uma determinada concepção filosófica de mundo cujas raízes podemos encontrar em Hegel. (KOCKA, 1994, p. 46).

Sobre Marx, que não chegou a sistematizar o seu método de trabalho há fragmentos de reflexões metodológicas pelas quais Jürgen Kocka chamou atenção para o seguinte: Marx não opera uma separação entre sujeito e objeto, ele entende a realidade como atividade sensorial-humana, como prática, deste modo, a realidade histórica é um processo no qual se objetiva de forma permanente, e em medida crescente, o trabalho humano e, através deste, a consciência humana e isto, por sua vez, constitui condição para influir reflexivamente sobre o sujeito que pensa e age, a realidade não precisa, por princípio, ser estranha e externa ao entendimento racional do homem, uma vez que ela é crescentemente mediada pelo trabalho e pelo fato de que a consciência tornada prática ajuda na sua constituição”. (KOCKA, 1994, p. 41-42).

A consciência segundo Marx, não se aproximava da realidade, com categorias estranhas às coisas valores e perspectivas devem ser vistos como momentos do processo social e histórico global, e não pode ser compostos à coisa de forma descompromissada. (IBIDEM, p.48).

Esta forma de conceber a realidade é interpretada por Jürgen Kocka como a tomada da concepção de Hegel segundo o qual foi localizada uma unidade estruturada em toda a multiplicidade, há um cerne em todos os fenômenos, e isto levou a Marx a reivindicar para a ciência a apreensão da essência das condições históricas, isto é, conhecimento da substância ou apreensão da totalidade”. (KOCKA, 1994, p. 46).

O pensamento de Marx surgiu como uma visão geral da história humana, detendo-se com maior profundidade nas características da sociedade capitalista, e visualizou a partir das contradições inerentes a esta sociedade, uma profunda transformação social. Enfim, o marxismo caracteriza-se por um pronunciamento teórico radical. Pretende ser uma cosmovisão e uma revolução completa. Esta corrente não pode ser caracterizada por uma ética. O ponto de partida do marxismo é o de ter uma concepção da sociedade e história humana que explicita os grandes movimentos destas mesmas sociedade e história e, com isso, acredita ter condições de visualizar o cenário futuro. Não há o êmulo da moral em Marx para lutar a favor do proletariado; a perspectiva é operacional, ou seja, pela concepção construída, o proletariado corresponde a nova vanguarda da sociedade, tal como foi a burguesia no passado. (CAPEL, 1981).

O pensamento de Marx surgiu como uma visão geral da história humana, detendo-se com maior profundidade nas características da sociedade capitalista, e visualizou a partir das contradições inerentes a esta sociedade, uma profunda transformação social. Enfim, o marxismo caracteriza-se por um pronunciamento teórico radical. Pretende ser uma cosmovisão e uma revolução completa. Esta corrente não pode ser caracterizada por uma ética

Horacio Capel indica que o marxismo foi considerado até a Primeira Guerra Mundial como um pensamento que proporcionava uma visão completa da sociedade e da natureza, tendo assim proporcionado uma espécie de um novo padrão científico, pelo qual seria possível uma forma global de se analisar a realidade. (CAPEL, 1981, p. 439)

Após a Grande Guerra, a interpretação sobre o marxismo primou por uma discussão histórica; já não se alimentava a pretensão desta corrente ser considerada uma nova forma de fazer ciência, mas fundamentalmente uma nova forma de ver a sociedade. Por este enfoque a história humana seria compreendida por trocas nos sistemas sociais decorrentes do esforço humano em dominar a natureza, e esta mudança seria permeada por um progresso que levaria a um fim. (CAPEL, 1981, pp. 439-440).

Josefina Gómez Mendoza et alli (1982, p.148) observam que o discurso do marxismo na Geografia assumiu duas rotas, a saber, 1ª rastreou a existência de uma teoria geográfica nos textos fundadores do materialismo histórico, 2ª a partir das categorias existentes e do método marxista, operaram novos conceitos para a Geografia.

Pela primeira rota é verificada uma divergência entre aqueles que entendem que Marx teria fundado uma teoria da geografia, como o fez para a sociologia, história, economia, e os que afirmam Marx teria negligenciado o espaço. (OLIVEIRA, 1997, p. 149).

Pela segunda rota é importante destacar o método como a afirmação da viabilidade do materialismo como teoria da sociedade. Por esta teoria, há relações complexas entre a sociedade e o espaço; tal posicionamento incorre em negar a autonomia ao espaço, tendo seu conteúdo dado pela sociedade. (OLIVEIRA, 1997, p.150).

Além deste aspecto, Josefina Mendoza indica um outro ponto que diz respeito a falta de uma melhor compreensão dos aspectos ecológicos e energéticos por parte dos geógrafos marxistas; falta, segundo ela, uma tomada de consciência conceitual e analítica para tratar destes temas. (OLIVEIRA, 1997, p.153).

Sobre a relação homem-natureza, Antônio Carlos Robert de Moraes identifica que o marxismo força a opção dos geógrafos ou “a Geografia é uma ciência da sociedade ou uma ciência da natureza” e sendo adotada a Geografia como ciência social, os fenômenos da natureza são destacados “...enquanto recursos para a vida humana” . (MORAIS et COSTA, 1987, p. 58).

Enfim, nestes embates teóricos, o marxismo na Geografia forma uma nova escola. Pela primeira vez na história da disciplina temas sociais e políticos marcados por perspectiva crítica deixam de ser tratados episodicamente, como o fez precursores como Elysée Reclus para serem tratados sistematicamente.(ANDRADE, 1985).

A Geografia crítica no Brasil ocorreu no segundo lustro da década de setenta. Nesta época, a Geografia Crítica iniciou sua influência no âmbito universitário e teve decisiva participação nas disputas verificadas na Associação de Geógrafos Brasileiros-AGB. Podemos afirmar que o Encontro Nacional de Geógrafos Brasileiros realizado em Fortaleza, no ano de 1978, demarcou o início da Geografia Crítica a nível nacional, sendo o encontro seguinte, o de 1980, no Rio de Janeiro, a vitória desta corrente frente às tendências existentes. (ANDRADE, 1985).

Com o estabelecimento da abertura política brasileira a partir da década de setenta, o marxismo tornou-se um verdadeiro ponto de referência na Geografia para ajudar a compreender o que se passava e o que passou.

Cabe destacar, no entanto, que este vigor da Geografia Crítica foi mais fácil ser verificado no ambiente universitário e muito menos nos órgãos de planejamento do governo. Já Armando Corrêa da Silva(1984, p.73) observa que o processo de renovação tem, a concorrência de uma velha instituição, a saber, o Departamento de Geografia da Universidade São Paulo, mas acreditamos que o grande gestor da Geografia Crítica foi o momento histórico que compreendeu o início de abertura política, a volta dos exilados políticos e a realização de várias greves de operários, sobretudo no Estado de São Paulo o principal pólo industrial do país , enfim, uma época propícia à contestação.

Importa frisar que a primeira instituição que passou a divulgar a Geografia Crítica foi a AGB, a universidade enquanto instituição, foi mais lenta em adotar a Geografia Crítica. Aliás, a presença da Geografia Crítica nas universidades é menos marcante que o verificado na AGB. Esta maior receptividade, à época, pela AGB, decorreu de sua maior permeabilidade aos episódios que então marcavam a política nacional. (FAISSOL, 1987).

O resgate das franquias democráticas, queda do AI-5 em dezembro de 1978, promulgação da anistia e quebra do sistema bipolar da vida partidária em 1979 propiciaram um clima em que as entidades civis se viram convocadas a participarem do processo. Inicialmente, a própria estrutura de poder então vigente na AGB foi avessa à adoção de uma nova conduta que só ocorreu a partir da entrada de novos elementos em sua estrutura, entre 1978 e 1980. (FAISSOL, 1987).

Um outro fator importante para compreendermos o vigor da Geografia Crítica, à época, foi a volta do exílio do Prof. Milton Santos. A sua obra *Por uma Geografia Nova*, combinada ao seu estilo carismático, atraiu para si a atenção da comunidade acadêmica e novos adeptos para a nova corrente de pensamento, de tal modo que mesmo aqueles que não somaram com o movimento, reconheceram a sua importância em função da estatura intelectual deste professor. (GEIGER, 1980).

Mas ele não estava sozinho, diversos professores somaram com os seus esforços, destacadamente os professores Armen Mamigonian e Armando Corrêa da Silva e uma série de outros mais jovens que ainda não tinham suficiente influência na estrutura de poder dos meios universitários, órgãos de planejamento e de pesquisa. (VALVERDE, 1984, p. 5-20).

No entanto, como já observado, o que mais influiu a favor da Geografia Crítica é a época. O clima de reabertura política incentivava toda e qualquer iniciativa estimuladora de

crítica ao governo, ao modelo econômico, à injustiça social. Para alguns, o Brasil vivia um grande período de efervescência política, chegando a estimular a perspectiva de que pudessem ocorrer mudanças profundas no Brasil.(GEIGER, 1980).

Mas este processo não desconheceu sérias divergências internas quanto a melhor forma de se apropriar a concepção marxista, divergências estas que atingiam as relações pessoais. O que nos dá a impressão, a partir de uma certa época, de que os geógrafos críticos tinham maiores desentendimentos com os seus próprios pares, do que propriamente com linhas de pensamento adversárias. Estes impasses, em nossa avaliação, decorre de um certo repressamento do seu caráter inovador, salvo a área didático-pedagógica, onde os livros didáticos pautados pela Geografia Crítica, ou influenciados pela mesma, cresciam em importância até o final da década de 80 e início da década de 90. Porém, além das incongruências teóricas, parece que o grande impasse que a Geografia Crítica enfrentou foi de ordem política, o que nos remete à AGB. (CHRISTOFOLETTI, 1985).

A AGB e as conjunturas nacional e internacional.

É notório que a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), com a ascensão dos elementos vinculados à Geografia Crítica em seus postos de governo, passou a discutir com muito maior ênfase temas políticos. Este enfoque visou melhor compreender o que ocorre com o Brasil, e, deste modo, vislumbrar quais as melhores alternativas. Esta mudança de rumo da AGB expressa pelas características assumidas pela entidade a partir do final da década de 70, foi acompanhada por uma profunda alteração do estatuto da entidade, o que abriu a oportunidade de maior atuação de estudantes e professores recém-formados. (HARVEY, 1993).

Assim, a partir do final da década de 70, a AGB transformou-se internamente e externamente ao procurar inserir-se nos debates as mudanças que podiam ser promovidas no país. A primeira metade da década de 80, neste sentido, foi extremamente fecunda nas discussões políticas, além dos impasses teóricos. . (HARVEY, 1993).

Observamos que há como que uma grande sintonia entre o teor do processo discursivo encontrado na entidade com o que se passava no centro político brasileiro. Deste modo, parece-nos apropriado analisar o que ocorria na política brasileira ao início da década de oitenta. (GEIGER, 1980).

No ano de 1980, nós tivemos a eleição, nos principais estados do país, de três governadores de oposição ao regime militar, foram eles: Franco Montoro pelo PMDB (São Paulo), Leonel Brizola pelo PDT (Rio de Janeiro) e Tancredo Neves pelo PMDB Minas Gerais . (GEIGER, 1980).

A eleição destes candidatos, combinada ao aumento da bancada oposicionista no Congresso Nacional aceleraram as iniciativas em favor da queda do regime militar pontificadas pela defesa da eleição direta para presidente. (GEIGER, 1980).

Contrariamente às expectativas, após ocorrer uma forte mobilização social envolvendo milhões de pessoas em várias passeatas, em todo Brasil, em prol da eleição direta (emenda do então deputado federal Dante de Oliveira), esta medida não foi aprovada em abril de 84. Este desfecho deve ter ocasionado um sério momento de perplexidade na sociedade civil, na medida em que não ficava claro quanto ao possível caminho futuro da mobilização. Nesta situação, surgiu a solução de *consenso* ao se defender a vitória de Tancredo Neves sobre o então candidato oficial Paulo Maluf no Colégio Eleitoral, o que de fato ocorreu no início do ano de 1985. (MOREIRA,1982)..

Ora, esta solução de consenso parece ter quebrado uma expectativa de que a mobilização social “teria vindo para ficar”, ou seja, que não teríamos apenas uma luta pela Diretas-Já, havia questões mais profundas para se enfrentar, por exemplo: a má distribuição de renda, reforma agrária, dívida externa.Outros dois fortes e decisivos momentos da vida nacional foram o falecimento do Tancredo Neves em abril de 1985, não chegando a tomar posse da presidência, tendo o substituído José Sarney, e a implantação do *Plano Cruzado* em 1986 que conteve o processo inflacionário por alguns meses, mas que proporcionou ao então partido do governo, o PMDB, uma avassaladora vitória nas eleições de novembro daquele ano. (PEREIRA, 1998)

Estes dois momentos, embora díspares em suas características, reforçaram no imaginário da população brasileira a idéia de se ter um pacto em torno do Governo, pois a nova estrutura de poder, de característica civil, mostrava-se “bem intencionada” em realizar as mudanças desejadas. O surgimento da esperança, na assim chamada *Nova República*, ou na intenção de melhorar a situação econômica através do *Plano Cruzado*, etc. deslocam o grosso da população brasileira de qualquer caminho que fosse na direção das quebras das estruturas sociais. Assim, a chamada *Nova República*, no plano político, e o plano Cruzado, no plano

econômico, minoram, entre outras iniciativas, movimentos contestatórios mais acentuados na época. (MAMIGONIAN, 1991).

Enfim, houve uma mudança de horizonte que acabou afetando as diferentes entidades civis, e naturalmente a AGB. A percepção de que se pudesse ter sinais de um processo mais profundo no país, revolucionário, não logrou o sucesso esperado. Porém, esta retenção não foi somente ocasionada pelas circunstâncias nacionais, houve as internacionais. A questão do socialismo na década de 80 passou por fortes percalços. (MOREIRA, 1982).

O movimento dos trabalhadores portuários de Gdansk, na Polônia, que recrudesciu a partir de 1980 - gerando o movimento *Solidariedade*, acentuou o processo de sucessivas revisões quanto ao adequado papel que os então países socialistas teriam no avanço do socialismo. (VESENTINI, 1984)

O então euro-comunismo acentuou a adoção de posturas políticas, distintas da antiga União Soviética e vislumbrou formulação teórica que se distanciava cada vez dos postulados do marxismo-leninismo, a saber: a conquista do poder pelo voto. As políticas de *Glasnost* e *Perestroika* adotadas pela então União Soviética, em meados da década de 80, promoveram fortes discussões nos partidos comunistas em diferentes países. Foi a época que o principal vetor da causa socialista no globo, a URSS, abandonou, na prática, o postulado da ditadura do proletariado em favor de uma abertura política e econômica. (VESENTINI, 1984).

Por fim, a repentina queda do bloco socialista, em 1989, e, em seguida, a da própria União Soviética no dia de Natal do ano seguinte, demarcaram uma acentuada virada da história da humanidade. (MENDOZA, 1982).

Foram fatos impressionantes tendo em vista que na primeira metade do século 20 o marxismo-leninismo teve grande expressão no campo político, econômico, filosófico e, de 1917 até o final da década de 70, aproximadamente 1/3 da humanidade encontrava-se sob sua influência; no entanto, em menos de 10 anos, a partir de meados da década de 80, ocorreu um verdadeiro desmoronamento do sistema socialista de governo. (PEREIRA, 1998).

Estas considerações de ordem mais abrangente, versando sobre as circunstâncias nacionais e internacionais, se de um lado ajudam a compreender o refluxo do movimento

comunista ao final da década de 80 e início da década de 90, por outro lado, não são suficientes para explicar a retração que a Geografia Crítica tem hoje na produção geográfica. Um aspecto a ser destacado diz respeito aos próprios limites encontrados nos que promovem a Geografia Crítica no país. (LABICA, 1990).

Por incongruências que não estamos ao par, o certo é que não há unidade entre os geógrafos críticos. O que ocorre é um certo nº de pessoas afinadas com a concepção marxista, mas que não conseguem transferir esta afinidade teórico-metodológica em uma versão propriamente geográfica de forma coesa. As divergências quanto à forma de se realizar esta passagem mostram-se muito séria. De modo que não é possível estabelecer esta escola, em termos institucionais, tal como ocorreu, por exemplo, com a Universidade Estadual de Rio Claro em relação à Geografia quantitativa durante certa época. (SILVA, 1984).

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia . **O pensamento geográfico e a realidade brasileira**. In: SANTOS, Milton (org.).

A EVOLUÇÃO DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL. **A evolução do ensino de Geografia**. Disponível em:< <http://www.webartigos.com/artigos/a-evolucao-do-ensino-de-geografia-no-brasil/13058/>> Acesso em 2 de Outubro 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de - “Atualidade do pensamento de Élisée Reclus” in ANDRADE, Manuel Correia de (org.) **Élisée Reclus**. São Paulo: Ed. Ática, pp. 7-36, 1985.

_____ - Tendências atuais da Geografia brasileira. Pernambuco: Editora Asa Pernambuco, 1986.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Historia e Geografia**. Secretaria de Educação Fundamental. 2.Ed.Rio de Janeiro, 2000.

BALIBAR, Étienne - **A Filosofia de Marx** .Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 1994.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Concepções teóricas e elementos da prática de ensino de geografia. In: CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e Práticas de Ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002

CAPEL, Horacio - “El curso de las ideas científicas ” terceira parte In **Filosofia y Ciência en la Geografia Contemporânea**. Espanha: Barcanova, pp. 245-509, 1981

CHRISTOFOLETTI, Antônio - “As Características da Nova Geografia” In CHRISTOFOLETTI, Antônio (org.) - **Perspectiva da Geografia**, 2ª edição. São Paulo: DIFEL, pp. 71-102, 1985.

FAISSOL, Speridião - **“A Geografia na década de 80. Os velhos dilemas”**. Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Rio de Janeiro, ano 49 (3), 1987.

_____ - **“Planejamento da Geografia: exemplos da experiência brasileira”**. Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Rio de Janeiro, ano 50, n. especial, tomo 2, pp. 85-98, 1988.

GEIGER, Pedro Pinchas - **“Evolução do pensamento geográfico brasileiro: perspectivas ou a Geografia brasileira da industrialização por substituição de importações . A oitava economia do capitalismo”**. Anais do IV Encontro Nacional de Geógrafos, AGB, Rio de Janeiro, pp. 356-361, 1980.

_____ **“Industrialização e urbanização no Brasil. Conhecimento e atuação da Geografia”**. Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Rio de Janeiro, ano 50, n. especial, tomo 2, pp. 59-84, 1988.

HARVEY, David - **A condição pós-moderna - uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural** , 3ª edição. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Ed. Loyola, 1993

KOCKA, Jürgen - **“Objeto, conceito e interesse”** (1ª ed. de 1977) Trad. de René Gertz in GERTZ, René (org.) - **Max Weber e Karl Marx** . São Paulo: Ed. Hucitec, pp. 32-69, 1994.

KOZEL, Salette; FILIZOLA, Roberto. **Didática de Geografia: Memórias da terra. O espaço vivido**. São Paulo: FTD 1996.

LABICA, Georges - **As “Teses sobre Feuerbach” de Karl Marx** 1ª ed. em francês de 1987. Trad. Arnaldo Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

MAMIGONIAN, Armen - **“A AGB e a produção geográfica brasileira: avanço e recuo”**. Terra Livre, AGB- seção São Paulo, nº 8, pp. 157-162, abril/1991.

MENDOZA, Josefina Gómez et alli - **“Los radicalismos geográficos”** In **El pensamiento geográfico: estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a las tendencias radicales)**. Madrid: Alianza Editorial, pp. 134-154, 1982.

MORAES, Antônio Carlos Robert de - **“A sistematização da Geografia Moderna”** In **A gênese da geografia moderna** . São Paulo : Ed. Hucitec, pp. 15-25, 1989.

_____ - **“O Positivismo como fundamento da Geografia”** In **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Ed. Hucitec, pp. 21-31, 1981.

_____ et COSTA, Wanderley Messias da - **Geografia crítica - a valorização do espaço**, 2ª edição. São Paulo: Ed. Hucitec, , 1987.

MOREIRA, Rui - **O Que é Geografia ?** . Rio de Janeiro: ed. Brasiliense, 1982.

_____ - “ Assim se passaram dez anos (a renovação da Geografia no Brasil. 1978-1988). In Cadernos Prudentino, nº 14, AGB, seção Presidente Prudente (SP), junho de 1992, pp. 5 - 39.

NUNES, Carlos Alberto. **Metodologia de Ensino: Geografia e Historia**. Belo Horizonte(MG): Ed.Lê.Fundação Helena Antipoff, 1997.

OLIVEIRA, César Alvarez Campos de - “**A Geografia : de matéria escolar**” . GEO UERJ, Departamento de Geografia da UERJ, Rio de Janeiro, nº 4, pp. 55-63, jul./dez. de 1998.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de - “**Geografia e epistemologia: meandros e possibilidades metodológicas**” . Revista de Geografia, UNESP , São Paulo, v. 14, pp. 153-164, 1997.

PEREIRA, Raquel Maria F. A. - “Perspectivas da Geografia brasileira no século XXI”. GEO-SUL, Revista do Departamento de Geociências da UFSC, v. 13, nº 25, pp. 70-78, jun./1998.

SILVA, Armando Corrêa da - “A renovação geográfica no Brasil - 1976/1983”. Boletim Paulista de Geografia, AGB - seção local de São Paulo, São Paulo, nº 60, pp. 73-140, 2º sem. 83/ 1º sem. 1984.

STEPÁNOVA, Evguénia - **Karl Marx - pequena biografia** , 2ª edição. Cadernos de Iniciação ao Marxismo-Leninismo nº 10. Lisboa: Ed. Avante, 1979.

VALVERDE, Orlando - “Evolução de Geografia brasileira no após-guerra (carta aberta de Orlando a Orlando)”. Boletim Paulista de Geografia, AGB - seção local de São Paulo, nº 60, pp. 5-20, 2º sem. 83/1º sem. 1984.

STRAFORINI, Rafael. Crise na Geografia escolar? In: CASTELLAR, Sônia. Educação Geográfica. Teorias e práticas docentes. São Paulo: Contexto, 2005

VESENTINI, José W. - “Perclação da Geografia crítica: entre a crise do marxismo e o mito do conhecimento científico”. Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geografia, AGB, São Paulo, vol. 2, livro 2, pp. 423-433, 1984.

VESENTINI , José William “Liquidar a Geografia ...Liquidar a idéia Nacional ?” In (org.) - **Geografia e ensino: textos críticos**, trad. Josette Gian. São Paulo: Ed. Papirus, pp. 31-82, 1989.

ANAIS CONSULTADOS

- I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, São Carlos (SP), 1999.
- Encontro Nacional dos Geógrafos - ENG's - 1978, 1980, 1982, 1986, 1990, 1996 e 1998.

- 4º Congresso Brasileiro de Geografia em 1984